

## O impacto social do trabalho das trançistas brasileiras e o ativismo feminista negro interseccional

*The social impact of the work of Brazilian braider and intersectional black feminist activism*

Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira<sup>1</sup> , Amana Rocha Mattos<sup>1</sup> 

### RESUMO

O texto discute o ativismo feminista negro de trançistas na diáspora africana no Brasil e o impacto social de sua prática. Embora o movimento de mulheres negras trançistas permaneça lutando para a formalização dessa categoria, os efeitos de suas ações são notáveis na sociedade. Por meio do pensamento feminista negro interseccional, construímos a fundamentação teórico-metodológica, enfocando o que tem sido desenvolvido por diferentes trançistas, tomando a experiência vivida como critério de conhecimento válido entre mulheres negras. Nesse sentido, este trabalho objetivou apresentar alguns aspectos observados nas análises de pesquisa de campo com trançistas de diferentes regiões do Brasil. Os resultados apontam que as mulheres negras trançistas preservam os saberes ancestrais do trançismo, desenvolvendo seus conhecimentos conectadas ao seu tempo histórico, expressando o ativismo feminista negro interseccional ao garantir a subsistência individual e coletiva; participando de projetos de transformação social e dialogando com o seu território em diferentes instituições brasileiras.

**Palavras-chave:** Tranças. Trançistas. Feminismo negro. Interseccionalidade. Economia Criativa.

### ABSTRACT

*The text discusses the black feminist activism of braiders in the African diaspora in Brazil and the social impact of their practice. Although the movement of black women braiders is still struggling to formalize this category, the effects of their actions are remarkable in society. Through intersectional black feminist thinking, we have built a theoretical-methodological foundation, focusing on what has been developed by different braiders, taking lived experience as the criterion for valid knowledge among black women. In this sense, this paper aims to present some aspects observed in the analysis of field research with braiders from different regions of Brazil. The results show that black women braiders preserve the ancestral knowledge of braiding, developing their knowledge connected to their historical time, expressing intersectional black feminist activism by guaranteeing individual and collective subsistence; participating in social transformation projects and dialoguing with their territory in different Brazilian institutions.*

**Keywords:** Braids. Braiders. Black feminism. Intersectionality. Creative economy.

---

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mails: carolareias@yahoo.com.br; amanamattos@gmail.com

Recebido em: 14/08/2024. Aceito em: 28/10/2024

## INTRODUÇÃO

Iniciamos esta escrita afirmando enfaticamente que, apesar de [ainda] não constar uma categoria profissional chamada “trancista” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as trançistas existem! São pessoas que trabalham confeccionando tranças africanas, preservando e desenvolvendo a história ancestral do trançismo na diáspora, por meio do compromisso ético em ofertar ações de cuidado ao trauma racial<sup>1</sup> para a população negra.

Entendemos como diáspora um amplo campo de estudos teórico-metodológicos que tem sido consolidado no meio acadêmico desde o século XX, para abarcar análises a respeito das diversas migrações forçadas e traumáticas a que diversos povos foram submetidos, entre eles, populações de diferentes regiões da África em função do tráfico negreiro no Atlântico (Silva; Xavier, 2018).

O trançismo no Brasil é um legado dos saberes ancestrais oriundos do continente africano que, ao longo do tempo, ramificou-se em diferentes direções, por meio da agência da trança. As tranças têm uma longa história. Essa história, no Brasil, embora tenha sido propositalmente apagada (Nascimento, 2016), permanece sendo contada e recontada por meio do corpo (Nascimento, 2021) e da oralitura (Martins, 2021). Ao nos aproximarmos da árvore do trançismo<sup>2</sup>, veremos a diversidade de modelos de tranças e opções de técnicas sendo utilizadas e outras muitas caindo em desuso por diferentes trançistas. Por se tratar de um trabalho milenar que acontece anonimamente como prática resistente, fora do âmbito acadêmico, não é possível afirmar um pioneirismo a respeito de qualquer processo de desenvolvimento das tranças. Contudo, cabe enfatizar que o desenvolvimento do trançismo acontece por meio da relação entre as mulheres negras, por meio da percepção de suas necessidades individuais e coletivas no tempo histórico em que se situam, revelando um processo criativo inerente a cada trançadeira/trançista e a marca do tempo nessas transformações.

Esse processo criativo tem sido direcionado a práticas que buscam atender às necessidades da população negra no presente, sem se desconectar de sua raiz, do passado. As trançistas se projetam para o futuro por meio das tranças de diferentes formas, sem deixar os elementos trazidos por sua ancestralidade, por suas mães, tias, irmãs, avós, bisavós, tataravós.

Nesse sentido, ao longo do tempo, as mulheres negras que mantiveram a tradição de confeccionar tranças em si mesmas ou em outras pessoas como forma de cuidado, sem serem remuneradas por isso, foram sendo chamadas *trançadeiras*. A terminologia *trancistas* surge no Brasil aproximadamente nos anos 2010, principalmente nos movimentos de mulheres negras que se autodefiniam com o intuito de diferenciar o exercício remunerado, a profissionalização da confecção de tranças africanas.

---

1 Essa terminologia tem sido utilizada por diferentes autores, como Carter (2007), para especificar as respostas subjetivas individuais como consequência da colonização e do racismo.

2 Utilizamos o termo “árvore do trançismo” como uma metáfora interseccional a fim de localizar as diferentes ramificações a partir das tranças e do fazer das trançadeiras e trançistas, bem como a compreensão intergeracional e ancestral presente nessa epistemologia.

Cabe mencionar que, apesar de a confecção das tranças africanas ter se desenvolvido principalmente entre mulheres negras, atualmente, pessoas de diferentes marcadores sociais são trabalhadoras trancistas. Tais pessoas aprendem por meio das trançadeiras ou de cursos livres oferecidos por outras trancistas, revelando a diversidade presente nesse ofício e a presença de múltiplos marcadores sociais da diferença que atualmente podem ser observados.

A arte presente no fazer das trancistas ultrapassa a dimensão do corpo e tem sido utilizada como forma de comunicar a sua filosofia e os seus interesses, ainda que transgredindo as lógicas institucionais moralmente aceitas. Ela estabelece uma linguagem, um modo de ser no mundo, de se relacionar, de comunicar, que constitui a cultura afro-brasileira. Ou seja, constitui uma condição fundamentalmente humana, que, como uma teia de significados, determina os modos de ser no mundo (William, 2020).

O esforço conferido a esse trabalho se dá no sentido de (des)embaraçar as lógicas que sustentam concepções tidas como verdades a respeito dessa profissão. Enquanto trabalhadoras, o que fazem as trancistas? O que se escuta repetidas vezes é que trancistas fazem “trancinhas”, um constructo permeado por estereótipos racistas que infantiliza, diminui e desvaloriza as interfaces dessa profissão, e, seguindo o mesmo caminho, promove a “folclorização”, como exposto por Nascimento (2016, p. 145). A compreensão do aspecto cultural presente nessa profissão desconectado do seu sentido, sua função e da dimensão do ofício das trancistas no presente, reduz as tranças à condição de vazio folclore. Explora as trancistas folclorizadas a uma mera mercadoria no comércio turístico, envolto em uma aura de entretenimento, alvo da curiosidade e da comercialização do branco, que só recebem “valorização” e “reconhecimento” quando adaptadas à concepção de cabeleireiras “afro” ou “étnicas”, uma subcategoria de uma profissão hegemonicamente aceita pela cultura dominante.

Os sentidos que tornaram esse conhecimento resistente por todos esses séculos têm sido esvaziados pela apropriação cultural, e as tranças reduzidas a um produto destituído de seu valor intrínseco. Assim sendo, quando as trancistas se autodefinem em sua singularidade, especificidade e multiplicidade de atuação, são recomendadas pelo etnocentrismo original, como explica Nascimento (2016), a se adequarem a classificações reconhecidas pelo grupo dominante ou, do contrário, serão tidas como exóticas, primitivas, não profissionais, ostensivamente silenciadas e invisibilizadas.

Diante do exposto, propomos apresentar algumas análises que estão sendo desenvolvidas em pesquisa de tese de doutorado, nas quais focaremos em três características fundamentais presentes na ética de cuidado de mulheres negras trancistas como parte do ativismo feminista negro interseccional brasileiro, sendo elas: a garantia da subsistência das trancistas em meio às opressões sociais; o impacto social por meio das ações das trancistas e o diálogo político-interinstitucional presente nesse ofício.

## **O ATIVISMO FEMINISTA NEGRO INTERSECCIONAL NO TRABALHO DE MULHERES NEGRAS TRANCISTAS**

Para refletirmos sobre o trabalho das mulheres negras trancistas no Brasil, precisamos compreender que as mulheres negras brasileiras estiveram e estão há

quase dois séculos sob intensa situação de injustiça no que diz respeito a raça, gênero e outros marcadores sociais da diferença. De acordo com a intelectual negra estadunidense Patrícia Hill Collins (2019, p. 33), opressão é o termo “que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro o acesso aos recursos da sociedade”, englobando três dimensões interdependentes: a exploração do trabalho, a negação de direitos e as imagens de controle.

Historicamente, as mulheres negras brasileiras, por meio da estratificação social (Hasenbalg, 2005), foram empurradas a trabalhos servis como resquício da lógica colonial escravocrata. Para a intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez (1984), a combinação do racismo e do sexismo no país conferiu às mulheres negras o lugar de “burro de carga”; exercendo atividades mal remuneradas e exploratórias, as mulheres negras brasileiras foram submetidas a diversos tipos de trabalhos no pós-abolição que as colocaram em uma posição subserviente de invisibilidade, silenciamento, apagamento intelectual e outros, tornando-as prisioneiras de estereótipos que atendem aos interesses econômicos capitalistas, tal qual o lugar de doméstica, mãe preta e mulata do Carnaval.

Contudo, encontramos entre as mulheres negras brasileiras diversas ações que explicitam as estratégias para “escapar da, sobreviver na e/ou se opor à injustiça social e econômica prevalecente” (Collins, 2019, p. 43); e, entre essas ações, no Brasil, observamos o trabalho das transcistas.

Verificamos nas transcistas o esforço em lidar com as opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e outros marcadores sociais da diferença, por meio dos conhecimentos preservados e adquiridos por meio da experiência vivida, como um critério de conhecimento válido, o que nos revela a presença do ativismo feminista negro interseccional em território brasileiro. Seja individualmente ou em grupo, as transcistas têm desenvolvido o seu ativismo por meio de suas práticas.

Nossas afirmações partem do que foi formulado por Gonzalez (2020) e Collins (2019) a respeito do pensamento feminista negro na relação com a experiência vivida, por meio de diferentes notícias da grande mídia a que tivemos acesso no andamento desta pesquisa, a respeito do fazer de mulheres negras transcistas no país; e nas redes sociais, espaço que diferentes transcistas têm utilizado como ferramenta de divulgação de seus trabalhos e suas ideias. Observamos, nas ações das mulheres negras transcistas, a dimensão da luta pela sobrevivência coletiva e a busca pela transformação institucional expressas constantemente em sua ética de cuidado. Cotidianamente, de forma individual ou coletiva, as transcistas enfrentam a dominação racial criando esferas de influência e ferramentas para desestabilizar as estruturas opressoras.

Nesse sentido, a seguir, apresentaremos alguns dados que nos permitiram fazer tais afirmações e a considerar que, como trabalhadoras, as transcistas se autodefinem desvinculando-se dos estereótipos e imagens de controle, promovendo emancipação e integração racial por meio da criação de diferentes práticas e oportunidades, entre elas a dimensão econômica que emerge da cultura.

## A GARANTIA DA SUBSISTÊNCIA DAS TRANCISTAS EM MEIO ÀS OPRESSÕES SOCIAIS

De acordo com os indicadores da terceira edição do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* (IBGE, [2024]), as mulheres negras estão 1,6 hora a mais envolvidas com trabalhos domésticos não remunerados do que as mulheres brancas, e em 2022, 11,8% das mulheres estavam desocupadas, sendo 14% delas pretas ou pardas e 9,2% brancas.

Considerando os dados recolhidos em campo, observamos que as trancistas desenvolvem um conjunto de habilidades que podem ser consideradas essenciais à manutenção de suas próprias vidas. Esse desenvolvimento estratégico acontece de maneira singular para cada uma, mas, em geral, parte de uma dor pessoalmente vivida, que pode estar atrelada às dimensões psicológica, emocional, social e financeira, como apontam os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou espiritual.

Esse compromisso ético aparece inicialmente como uma estratégia de autocuidado ou cuidado com outras pessoas, que pode se desdobrar em uma estratégia de sustento financeiro; como manutenção da autoimagem ou como fortalecimento psíquico/emocional.

O cuidado e o autocuidado de mulheres negras, como afirma Prestes (2018, p. 171), está especificamente na busca por “unir a descoberta de novas estratégias à retomada de modos antigos e ancestrais de cuidar em nome do bem-viver”, cuja lógica se funda na compreensão de saúde, que se organiza como forma de equilíbrio entre comunidade e natureza em resistência à colonialidade presente na sociedade. Dessa forma, é primazia da concepção de cuidado para mulheres negras que seu grupo e seu meio ambiente também estejam saudáveis para que possam ter saúde. O cuidado e o autocuidado presentes nas práticas das trançadeiras podem se tornar uma forma de gerar renda, tornando-se trancista. Quando trancistas geram renda para si mesmas, estão criando uma disruptiva na feminização da pobreza.

De acordo com o *Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (Marcondes et al., 2013, p. 128), a pobreza no país “apresenta-se de forma muito mais presente entre a população negra [...] As mulheres negras acessam, de forma diferenciada, tanto os rendimentos do trabalho, como os recursos para obtê-los”.

Ratificando tais informações, a intelectual negra trancista comunicadora Sara Mara Brisa, em uma entrevista dada ao *podcast Acessíveis Cast*, 10 anos depois da publicação deste Dossiê, em 2023, fez a seguinte afirmação:

No meu salão, eu trabalho com valor social. Esse trabalho que a gente faz é muito demorado e é muito trabalhoso. É um trabalho do caramba! Então assim, geralmente o pessoal cobra entre seiscentos reais e setecentos reais a mão de obra. Nessa faixa, quatrocentos e cinquenta. Cara, eu to cobrando duzentos e vinte! [nesse momento a entrevistadora — que era uma mulher branca — diz: *umenta esse preço, mulher!* Sara Mara responde:] *Não... Porque não é questão do preço, é que assim... Geralmente, quem é que usa mais esse penteado? É a mulher negra que ela precisa mais, às vezes porque tem o cabelo crespo, porque esse aqui [mexendo no próprio cabelo] ainda é cacheadinho, entendeu?! Só que assim, esse cabelo aqui não é meu cabelo. É um cabelo que eu coloquei, que era um igual ao seu [apontando para o*

cabelo da entrevistadora] que alguém pegou ele, e fez virar isso aqui. *Mas aí quando é um cabelo nosso mesmo, crespão, de repente no trabalho não aceita, entendeu?! Ou a pessoa tem que escovar, ou tem que prender, ou tem que ser aquela coisa indefinida que a mulher vai perder três horas a mais no dia dela pra cuidar do cabelo [...] não é só por estética, é por necessidade do dia a dia mesmo.* E aí, a gente sabe que a mulher preta é a que menos ganha dinheiro no mercado de trabalho. Geralmente, as mulheres que eu atendo, que são mulheres pretas, ou são mães solo, ou é uma galera que está na correria, faculdade, estágio e tal... Não tá ganhando dinheiro o suficiente. Como que eu vou cobrar dessa mulher quatrocentos e cinquenta reais, se o salário dela é mil e duzentos? Aí ela paga oitocentos reais de aluguel. Vai fazer trança? [...] Eu trabalho nessa consciência [...] a questão do militar, do que eu posso fazer pelos meus, é isso! (Acessíveis Cast, 2023, grifos nossos).

As palavras de Sara Mara apontam para diferentes dimensões do pensamento feminista negro presentes no trabalho da trançista. Sara Mara mostra à entrevistadora como cuida do seu próprio cabelo, explicando que, diferentemente de outras mulheres negras, ela escolheu usar o *mega hair*<sup>3</sup>. Contudo, Sara explica que sabe quão difícil é a questão financeira para a maioria das mulheres negras, e com base nessa consciência, como ela enfatiza, Sara relata que trabalha com “valor social”, mostrando as estratégias que adotou para garantir a sua própria subsistência enquanto uma mulher negra e como promove a sobrevivência de outras mulheres como ela.

Entretanto, apesar de tais afirmações, por inúmeros motivos, que podem ser considerados efeitos das opressões sociais na profissão trançista — tais como o não reconhecimento profissional, a desvalorização, a dificuldade de inserção e permanência no mercado, entre outras —, muitas mulheres negras que aprendem a fazer tranças escolhem não se tornar uma trançista, mantendo-se na posição de trançadeiras, utilizando as tranças para a manutenção da própria imagem ou a de terceiros, sem fins lucrativos. E o fato de mesmo carregando tal conhecimento optarem por não exercer essa profissão, é também uma forma de garantir a própria subsistência apoiada no cuidado e, por isso, deve ser entendido como uma característica fundamental de seu ativismo.

Nesse sentido, concordamos com as afirmações de Prestes (2018, p. 174):

O cuidado realizado por mulheres negras precisará unir a luta política com o auto-cuidado, e a politização dos processos de auto-recuperação. Uma via em que esforços pessoais são investidos em auto-cuidado ao mesmo tempo em que se mantém a conexão com um mundo maior de luta coletiva.

Diferentemente das trançadeiras, as trançistas são pessoas que são remuneradas pelo exercício de suas atividades profissionais, ainda que esse ofício não seja reconhecido institucionalmente como uma categoria profissional até o momento no Brasil. Distinguindo-se da atuação das/os/es cabeleireiras/os/es, as trançistas oferecem um serviço pautado por uma ética própria de cuidado por meio da confecção das tranças africanas, combatendo os efeitos psicossociais produzidos pelo racismo estrutural (Almeida, 2018) na sociedade brasileira, seja como forma de autocuidado ou de cuidado oferecido a outras pessoas. Esse saber/fazer, em muitos casos, organiza-se como a principal fonte de renda para diversas famílias (Santos, 2013; 2022),

3 É uma técnica utilizada para o alongamento com cabelos humanos.

contudo, compreendemos que garantir a subsistência individual e coletiva não se restringe à dimensão econômica. Apesar de esse ser um aspecto fundamental para o bem-viver, reconhecemos que, ao longo dos séculos, as tranças feitas pelas trançadeiras e trancistas têm desempenhado um papel psicológico importante para a sobrevivência em meio às injustiças sociais, como afirma Nilma Lino Gomes (2020), e isso precisa ser reconhecido como uma característica específica de seu fazer.

## O IMPACTO SOCIAL POR MEIO DAS AÇÕES DAS TRANCISTAS

Entre os dados coletados no campo, observamos que as ações desenvolvidas pelas trancistas impactam os que estão ao seu redor. Isso pode ser visto quando suas ações afetam o seu núcleo familiar, seja por meio da renda, seja por meio da empregabilidade, entre outros; ou quando influenciam sua comunidade, o local onde estão situadas, por meio da participação ou organização de eventos, da contribuição a projetos existentes ou do desenvolvimento de projetos próprios.

Um movimento prático que demonstra a intelectualidade de mulheres negras trancistas alinhadas ao pensamento feminista negro interseccional pode ser observado por meio da história da intelectual negra trancista Andreia MF, de São Paulo.

O primeiro contato que tivemos com a trancista Andreia foi no I Encontro do Observatório do Trauma Psicossocial, que aconteceu no dia 29 de novembro de 2022, realizado por meio da plataforma *online* Google Meet. Ao iniciar a sua fala, Andreia pediu desculpas e relatou que estava em meio às atividades do seu salão de beleza, mas que estava assistindo às falas do encontro enquanto trançava e atendia as pessoas que chegavam em seu salão.

Em sua fala, muito emocionada, a trancista disse que o que a população negra precisa é de ação, porque a realidade é urgente: “Nós estamos morrendo. A minha fala é um pedido de socorro!”. Em meio a sua narrativa, Andreia pediu licença e chamou uma cliente, uma mãe que tinha acabado de entrar pelas portas do seu salão, que também é a casa de Andreia MF. Aquela mulher contou sua história chorando e disse que se não fosse o trabalho liderado por Andreia MF ela estaria perdida. Andreia agradeceu àquela mãe, agradeceu às pessoas que estavam no encontro por tê-la ouvido, e disse: “Eu aprendi a fazer tranças dentro da cadeia, porque aqui fora eu não tive nenhuma oportunidade, foi assim que eu sobrevivi, e através das tranças eu construí o Coletivo Mães do Cárcere”.

Posteriormente, em um vídeo que encontramos em seu canal no YouTube, Andreia MF diz:

Eu criei o Movimento Mães de Cárcere. Sou líder do movimento já há 18 anos. Tô hoje com 4.870 mulheres, eu atendo os familiares de presos. Eu sobrevivi ao cárcere, eu passei pelo cárcere. Eu não sou teórica, eu sou prática. Começou a aparecer pessoas perguntando pra mim: “Andreia, o que que eu faço? Aconteceu isso e isso... Meu filho é usuário de drogas, meu filho foi preso como traficante”. E aí, foi quando eu conheci a Defensoria Pública né, porque eu já vinha conhecendo já havia algum tempo, e fui encaminhando os processos pra eles. E uma foi falando para a outra, e falando pra outra. Fui apresentando o trabalho que nem todo mundo conhecia, o trabalho da Defensoria, foi aí que eu fui apresentando, mostrando... *Fazendo esse trabalho de assistente social que o Estado não remunera.* (Andreia MF, 2020, grifos nossos)

Como é possível notar, o trabalho desenvolvido por Andreia extrapola o ato de fazer tranças. Com seu fazer, em sua casa-salão de beleza, ela desenvolveu um projeto de luta social para mulheres negras e para o bem da comunidade que explicita o ativismo presente no pensamento feminista negro: a luta por justiça social e por transformação institucional, revelando assim a sua intelectualidade (Collins, 2019).

Contudo, o trabalho intelectual das mulheres negras trançistas não pode ser reduzido ao ato de fazer tranças. Não que a trança seja algo menor, ao contrário. Mas ser trançista não se resume ao fato de dominar as técnicas do trançado. Assim como não se deve fazer generalizações que impeçam a percepção das inúmeras possibilidades criativas desenvolvidas a partir desse fazer.

O movimento de Andreia MF representa um ponto de vista da multifacetada atuação das trançistas. Nesse sentido, é importante dizer que há outros pontos de vista em que essa intelectualidade pode ser observada, por exemplo, por meio do que tem sido construído por intermédio da produção intelectual das trançadeiras e trançistas e sobre elas, por meio de pesquisas desenvolvidas na academia, por meio das redes sociais enquanto comunicadoras, por meio da produção artística, entre outros (Cunha, 2010; Santos, 2013; Santos, 2017; Souza, 2021; Santos, 2022).

A partir do exemplo mencionado, é possível compreender que o trabalho de mulheres negras trançistas fomenta ações ligadas principalmente ao território, geralmente ocupando territórios conflagrados, com a presença da violência urbana e da suposta “guerra às drogas”, uma vez que não é uma disputa de igual poderes, e sim o genocídio de povos negros e periféricos.

O desenvolvimento de diferentes projetos sociais, tal como o projeto Mães do Cárcere, busca operar, irrefutavelmente, para estancar as incontáveis falhas do Estado nesses territórios em termos de educação, saúde e assistência social: uma necropolítica (Mbembe, 2018). Todavia, as fronteiras têm se diluído, as trançistas têm expandido os seus conhecimentos por meio de experimentações e suas práticas têm transitado por diferentes territórios, por vezes transnacionais.

## **O DIÁLOGO POLÍTICO E INTERINSTITUCIONAL**

Verificamos ao longo da pesquisa de campo que as ações das trançistas também dialogam em parceria com institutos educacionais e escolas, entidades religiosas, instituições privadas, públicas, militares e outras. Compreendemos nesse ponto que essa ação revela um dos pilares do feminismo negro interseccional, como descrito por Collins (2019): a luta pela transformação institucional.

Refletir sobre a celebração anual da Consciência Negra no dia 20 de novembro, feriado nacional em vigor por meio da sanção da Lei n. 14.759/2023, pode ser um bom exercício para exemplificar esse dado. Em geral, trançistas e demais profissionais que atuam em prol da luta antirracista são acionados nessa data, principalmente para desenvolverem oficinas, palestras, cursos e outros eventos em diferentes instituições. Algumas das instituições estão verdadeiramente comprometidas com o tema, outras buscando estabelecer um compromisso com a pauta racial e outras

apenas aproveitam a data para fazer publicidade a respeito do cumprimento de sua responsabilidade social, uma vez que, nesse quesito, há benefícios que podem ser concedidos a essas instituições. E as transcistas sabem disso!

A questão é que independentemente das motivações que impulsionam o convite dessas instituições às transcistas, o trabalho desenvolvido em parceria tem se revelado muito potente, como foi possível verificar por meio do evento realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB). Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, no dia 30 de novembro de 2023, a FAB organizou, em parceria com transcistas, uma formação chamada *Workshop: Tranças Nagô*. Por meio de notas à imprensa, a FAB explicou, sem muitos detalhes, que a oficina de tranças nagô foi oferecida “de forma gratuita e sem custos pela Organização Militar” como uma instrução que visou capacitar o pessoal efetivo para a “adequação estética” às normas estabelecidas pelo regulamento da instituição militar (Oficiais, 2023).

A notícia desse *workshop* viralizou nas redes sociais e foi possível ver comentários diversos de diferentes pessoas, militares e não militares, sobre a oficina. Entre os inúmeros comentários, havia muitos ironizando e rechaçando a postura da instituição, afirmando: “já podem abrir um salão...”, outros dizendo “É obrigado aprender a fazer unha também?”.

A partir de tais comentários machistas e sexistas, foi possível perceber as intersecções de raça e gênero que emergiram por meio do ensino/aprendizagem das tranças nas forças militares. As instituições militares sempre instruíram seus militares para exercerem a profissão de barbeiro em seus quartéis, com o objetivo principal de manter o padrão disciplinar aos militares. No que tange às necessidades higiênicas e estéticas das mulheres militares, o regulamento tem passado por mudanças ao longo do tempo, mostrando, por meio dessa ação, como a combinação do machismo, do sexismo e do racismo tem sido enfrentada pela instituição.

Apesar da repercussão nas redes sociais e nos sites de notícias, para a surpresa de muitos internautas e leitores, a FAB explicitou que estava apenas cumprindo com a sua regulamentação. As tranças nagô já eram previstas no *Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica – RUMAER*, de 2023.

Esse exemplo revela a força do diálogo interinstitucional no trabalho de mulheres negras transcistas. A presença dos seus conhecimentos nas instituições, inclusive militares, promove reflexões, debates e fomenta mudanças necessárias para as relações raciais no Brasil.

Em uma postagem no perfil do Instagram *Fala Transcistas*, projeto desenvolvido pela intelectual negra transcista Michele Reis, diferentes transcistas se posicionaram comentando a notícia em questão. Foi possível ver que a notícia foi bem recebida pelas transcistas, a maioria mencionou a importância dessa ação como um exemplo a ser seguido por outras instituições. Em um dos comentários, foi questionado o fato de o *workshop* ter sido gratuito para os participantes da oficina, contudo, outras transcistas comentaram dizendo não ter ficado evidente na notícia o contexto, se a transcista que ofertou o curso também era militar ou se foi convidada externamente, entre outras questões (Reis, 2024).

É importante tentar desvelar a ambígua relação de exploração e empoderamento que acontece no diálogo com as diferentes instituições, pois existem inúmeras questões que se apresentam nessa relação e que precisam de um olhar crítico, necessitando de análises mais aprofundadas impossíveis de se esgotar em algumas linhas.

A realidade da maior parte das transcistas brasileiras revela que poucas exceções são remuneradas quando contratadas para participar de um projeto ou evento, por não serem consideradas uma categoria profissional, e sim uma ativista cultural. E quando transcistas são remuneradas ao serem convidadas por alguma instituição, em geral, o valor recebido está bem abaixo do valor atribuído a profissionais semelhantes. A partir desse recorte, podemos observar a dinâmica da relação transcista e instituições no Brasil e seus efeitos.

## **METODOLOGIA**

Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados por meio da seleção de diferentes notícias publicadas na grande mídia, jornais, revistas eletrônicas e redes sociais, em que o protagonismo do trabalho de mulheres negras transcistas foi evidenciado.

Para refletir sobre o trabalho desenvolvido por transcistas brasileiras, esta pesquisa se estruturou tendo como aporte teórico-metodológico o feminismo negro interseccional (Collins, 2019; Gonzalez, 2020), e os dados foram sistematizados em três categorias distintas:

1. A garantia da própria subsistência em meio a opressões sociais;
2. O impacto social do trabalho das transcistas;
3. O diálogo político interinstitucional que, tal como afirma Collins (2019), compõe a epistemologia feminista negra interseccional.

As análises dos dados desta pesquisa foram construídas em diálogo com intelectuais que teorizam sobre a economia criativa e em conexão com notícias atuais sobre o reconhecimento do trabalho de mulheres negras transcistas no Brasil. Nesse sentido, este trabalho é construído em uma perspectiva qualitativa (Minayo, 2007), analisando os múltiplos espaços e territórios onde são desenvolvidas as ações de mulheres negras transcistas, dando ênfase à experiência vivida como critério de conhecimento válido no que tange as suas próprias narrativas (Collins, 2019).

## **ANÁLISES DOS RESULTADOS: POSSIBILIDADES E IMPASSES PARA PENSAR O TRABALHO DAS TRANSCISTAS**

No escopo das terminologias acadêmico-científicas, reconhecemos que uma das formas na qual podemos compreender o ativismo feminista negro das transcistas pode se dar pela concepção de economia criativa, uma vez que, em termos econômicos, a categoria transcista enquanto profissão surge de uma ramificação da prática não remunerada preservada culturalmente por suas ancestrais trançadeiras.

O termo “economia criativa” busca abordar a relação entre “cultura, criatividade e inovação, apresentando-se como alternativa para o crescimento e desenvolvimento econômico e social dos países nesse início do século XXI” (Watanabe;

Borges; Guilherme, 2024, p. 74). De acordo com Miguez (2007), a economia criativa é um dos setores que mais crescem no âmbito global, mas que se apresenta como um desafio para os países menos desenvolvidos. Miguez (2007) afirma que, por sua complexidade, as questões que implicam as atividades assentadas na economia criativa por vezes ultrapassam as dimensões da economia, apresentando questões para outros campos do conhecimento.

Considerando o trabalho das trancistas como economia criativa, a partir do olhar da psicologia social, observamos que a autodefinição (Collins, 2019) das trancistas também emerge como uma forma de delimitação proposital das fronteiras entre a categoria profissional cabeleireira. Apesar de a prática da trancista nitidamente apresentar características próprias, ela tem sido associada ao fazer das cabeleireiras ao longo do tempo para ser validada no mercado. Esse esforço presente no movimento de mulheres negras trancistas no Brasil traz ao cerne da discussão demandas específicas das trabalhadoras trancistas, que são invisibilizadas quando essas profissionais são retratadas como cabeleireiras “afro” ou “étnicas”, um enquadramento permeado por um rótulo que carrega muitos estereótipos e preconceitos.

Por outro lado, no tocante as relações de poder presentes na sociedade, quando são nomeadas pelo grupo dominante como atividade cultural, há o risco de serem encapsuladas em uma imagem romantizada de um passado perdido de uma pureza africana, construída por concepções essencialistas a respeito dessa identidade que, em parte, também foi criada pelo olhar do branco europeu.

Apesar da multiface profissional — ainda não reconhecida formalmente —, as trancistas têm reivindicado o direito de falar em primeira pessoa sobre suas reais demandas e urgências individuais e coletivas, sem serem reduzidas a e/ou enquadradas em categorias formalmente instituídas no paradigma vigente para existirem. Como afirmamos no início deste trabalho: trancistas existem!

O fato de existirem e estarem reivindicando seus direitos implica uma reorganização das diretrizes reguladoras e teorias que as norteiam. O oposto seria permanecer naquilo que temos visto acontecer: silenciamento, invisibilização, informalidade, negação de direitos, clandestinidade, apropriação cultural em curso, desvalorização profissional e outras opressões a trancistas.

No dia 25 de julho de 2024, em comemoração ao Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, foi realizado em Brasília o 17º Festival Latinidades, trazendo o tema “Vem Ser Fã de Mulheres Negras”. A mesa de abertura do evento, intitulada “Trancistas: patrimônio cultural, economia criativa e trabalho”, contou com a presença de Layla Maryzandra, trancista pesquisadora do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), na Universidade de Brasília (UnB). Participaram também Leandro Grass, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Sergio Pereira, representante da assessoria de participação social e diversidade do Ministério do Trabalho e do Emprego; Mariana Braga, assessora de participação social e diversidade do Ministério da Cultura; e Cristiane Portela, historiadora, integrante do Programa de MESPT/UnB, orientadora da trancista Layla (Afrolatinas, 2024).

Consideramos a realização dessa mesa extremamente simbólica para as observações desenvolvidas neste trabalho. Em primeiro lugar, porque revela a expressividade do movimento de mulheres negras trançistas atualmente; em segundo lugar, por se tratar de um exemplo para refletirmos a respeito da amplitude do fazer das trançadeiras e trançistas e suas complexidades, sua atuação em diferentes campos e sua mobilização social política interinstitucional. E em terceiro lugar, para que possamos observar as relações interseccionais que permeiam o reconhecimento de tal categoria, uma vez que tem sido do lugar ocupado por trançistas na academia e suas publicações científicas, que os órgãos governamentais têm se mobilizado à ação, apesar dos múltiplos projetos de (r)existência que diferentes trançistas têm desenvolvido no país em sua ética de cuidado, como os dados apresentados inicialmente.

No evento em questão, a intelectual negra trançista e pesquisadora, Layla Maryzandra, abre a mesa narrando sua trajetória, apresentando os resultados parciais de sua pesquisa, que, no momento, encontra-se em andamento, e questiona: “será que as tranças confeccionadas pelas trançistas no século XXI podem servir de rotas de fuga para construir políticas públicas para trançistas?”. Sua pesquisa tem sido desenvolvida no Distrito Federal (DF) e tem como objetivo principal identificar a prática de fazer os penteados afros trançados como ofício, apontando caminhos para a patrimonialização, além de outras políticas públicas para mulheres negras trançistas do DF pela construção de uma cartografia sociocultural. Maryzandra salienta:

*Essa é uma prática que tem crescido aqui no Distrito Federal, entre as jovens negras, especialmente em contexto urbano, com pouca oportunidade para ingressar profissionalmente em outros espaços. Mas que muitas das vezes não tem essa apropriação histórica e cultural do ofício, associando isso a uma tendência e à moda. E aí é algo que esvazia essa narrativa da gente conseguir compreender essa prática enquanto patrimônio cultural. (Afrolatinas, 2024, grifos nossos)*

Em sua fala, Layla relata que está construindo diferentes mapas para localizar trançistas no DF, e explica que foi necessário produzir um acervo etnográfico com registros visuais das trançistas para construir um inventário participativo para entregar para o IPHAN e para Secretária de Cultura, a fim de viabilizar a patrimonialização das trançistas. Ao mostrar as fotos nos *slides* de sua apresentação, ela explica:

*Essa trança quem fez foi a Analice, ela fez essa trança porque ela disse que antigamente essa trança era utilizada nos casamentos da comunidade. A tiara de tranças, que é uma trança simples, que a maioria de nós usa, possivelmente pode ter alguém usando, inclusive na plateia... E esse outro conjunto de fotos, é a Ana fazendo tingimento de palha da costa com temperos naturais, porque antigamente a gente também utilizava palha da costa no cabelo, né! A gente não começou utilizando cabelo sintético, né! (Afrolatinas, 2024, grifos nossos).*

A fala de Layla mostra a importância do resgate da memória e do reconhecimento ancestral no fazer de trançadeiras e trançistas. Contudo, observamos que o fazer das trançistas é uma prática conectada às necessidades do tempo histórico em que tais mulheres negras se situam. As trançistas preservam os conhecimentos de

suas antepassadas e desenvolvem suas práticas considerando a sua subsistência e de sua comunidade no presente. Nesse sentido, podemos afirmar que, no âmbito da beleza, sempre houve, por parte do grupo dominante branco, uma captura desse fazer, uma apropriação cultural em curso, em que as trançistas têm sido envolvidas em função do não reconhecimento de sua categoria profissional. Essa apropriação cultural tem acontecido desde que foram nomeadas cabelereiras étnicas, e daí em diante uma assimilação das práticas, paralela à inferiorização e ao desprezo aos modos como eram confeccionadas as tranças por mulheres negras trançistas. Sendo assim, apropriação cultural pode ser definida como:

[...] uma ação praticada por grupos dominantes e seus indivíduos. [que] Consiste em se apoderar de elementos de outra cultura minoritária ou inferiorizada e utilizá-los sem as devidas referências e sem permissão, eliminando ou modificando seus significados e desconsiderando a opressão sistemática muitas vezes imposta por esse mesmo grupo dominante. (William, 2020, p. 64)

Quando jovens negras se tornam trançistas em contexto urbano, associando esse fazer a tendências e à moda, isso revela tanto a força do ativismo feminista negro e a intelectualidade de tais mulheres negras diante das injustiças sociais, quanto o racismo presente em nossa sociedade. Nesse sentido, não são as jovens negras trançistas que esvaziam a narrativa cultural resistente, ao contrário, elas são mantenedoras desses saberes registrados no próprio corpo (Nascimento, 2021). Na lógica de poder que estrutura as relações raciais no Brasil, as jovens mulheres negras não poderiam esvaziar os sentidos de qualquer coisa. Esse esvaziamento tem acontecido há muito tempo por meio da combinação entre racismo e apropriação cultural.

Como explica William (2020), a percepção cristã da colonização não deu conta de alcançar os significados da expressão cultural africana na diáspora e, com isso, a todo momento alteram os sentidos dos elementos das culturas africana e indígena para a comercialização. Por outro lado, as pessoas negras assistindo à destruição de seus valores culturais, resistem ao sistema que as despreza, construindo narrativas mais “aceitáveis” que possam garantir a sua sobrevivência diante do racismo; por esse motivo, por tanto tempo as trançistas têm sido nomeadas como cabelereiras “afro” ou “étnicas”. Considerando isso, perceberemos que essas jovens mulheres negras têm desenvolvido estratégias de sobrevivência por meio das tranças, o que provavelmente gera renda para si e para o seu núcleo familiar.

Dando seguimento ao debate da mesa, o presidente do IPHAN, Leandro Grass, explica que, nesse momento, ainda estão dialogando a respeito da patrimonialização das trançistas, se deve ser feito tombamento ou registro, e afirma:

Não se trata apenas de um status, ou algum tipo de prestígio àquele bem cultural edificado, ou centro histórico, ou bem registrado, ou modo de fazer, ou celebração ou ofício, ou um lugar... É mais do que isso, é um compromisso do Estado brasileiro com o bem-estar das pessoas que representam aquele bem, as pessoas que são detentoras, proprietárias daquele bem. E aí que se estabelece o plano de patrimonialização, em caso do patrimônio imaterial, o plano de salvaguardas. Onde se estabelece um obje-

to de políticas públicas, com foco naquilo que eu acabei de dizer — reduzir a desigualdade, livrar da discriminação, entre outros aspectos — E aí a gente começa a trabalhar juntos. Portanto, a construção já começou, e *começou a partir de vocês*. É uma construção que vai nos levar, e já está nos levando a um compromisso para investimento, comprometimento para a aplicação do orçamento, compromisso técnico político do IPHAN e de todas as outras instituições de patrimônio que formam esse nosso sistema que tem uma grande responsabilidade. (Afrolatinas, 2024, grifos nossos)

Leandro Grass enfatiza que os trabalhos acadêmicos são de extrema importância, porque fundamentando-se neles é que são legitimados saberes e viabilizadas políticas de reconhecimento. E explica que em função das instabilidades e das mudanças no governo, alguns registros que estavam paralisados dentro do IPHAN receberam prioridade no atual governo Lula (eleito em 2022), sendo registrado o ofício das parteiras no Brasil, o Tambor de Crioula e as Baianas do Acarajé.

Considerando a fala de Grass, cabe enfatizar que a maior parte das trançistas se movimenta e expressa o seu ativismo na sociedade brasileira fora do espaço acadêmico, e que os trabalhos desenvolvidos por trançistas na academia apenas revelam um dos muitos campos em que as trançistas podem ocupar, não devendo ser encarados de forma generalista, e sim parcial. Ou seja, as pesquisas acadêmicas podem colaborar para o desenvolvimento da luta pelo reconhecimento profissional, pela patrimonialização cultural, para a garantia de direitos e políticas públicas, contudo, jamais poderão ser compreendidas de forma totalitária a respeito de um fazer que é múltiplo, como o fazer das trançistas. Há muito sobre as trançistas que não tem sido publicado em trabalhos acadêmicos, mas que pode ser visto por meio da prática de tais mulheres negras.

Na mesa em questão, também podemos acompanhar a fala de Sérgio Pereira, representante da assessoria de participação social e diversidade do Ministério do Trabalho e do Emprego:

Nesse segundo semestre [de 2024] os trâmites já seguem para o Ministério do Trabalho, para que em 2025, possamos apresentar para um grupo de pessoas que vão analisar a CBO, o trabalho feito... Inclusive, nós vamos contar com o trabalho científico da Layla Maryzandra que tá nos ajudando e muito nessa construção, para, em 2025, tentarmos colocar no congresso nacional [...] E o que significa isso? Significa que as trançistas podem se organizar enquanto profissionais, podem organizar os seus sindicatos, podem organizar o valor das tranças, podem ter dinheiro para a formação das trançistas, podem descrever um curso... (Afrolatinas, 2024)

A fala de Pereira demonstrou que há um interesse do Ministério do Trabalho e do Emprego em formalizar a profissão de trançista, incluindo a categoria na CBO. Enquanto trabalhadoras, as trançistas se deparam constantemente com dificuldades para o exercício de sua profissão, tendo que se enquadrar em profissões instituídas como cabeleireiras, artesãs e, por vezes, atuam na informalidade, sem direitos trabalhistas e previdenciários; sem acesso a créditos e financiamentos para seus projetos sociais; sem o reconhecimento e a valorização institucional, entre outros.

Assim como Leandro Grass, Sérgio Pereira enfatizou a importância dos trabalhos científicos para as etapas da regulamentação profissional, dando importância à

perspectiva acadêmica. Na mesa em questão, foi possível perceber o teor representativo que os palestrantes em suas falas deram à pesquisa de Maryzandra para a patrimonialização e para o reconhecimento profissional das trancistas na Classificação Brasileira de Ocupações. Embora possamos compreender a importância das pesquisas acadêmicas para a viabilização de tais ações nas instâncias governamentais, nos questionamos a respeito das práticas das trancistas não acadêmicas: quais são as urgências profissionais das jovens mulheres negras trancistas que estão nos centros urbanos e nas periferias trabalhando atualmente? Quais são as questões que se colocam na patrimonialização de uma profissão? Quando se defende que a patrimonialização deve anteceder a categorização profissional da trancista, quais são as implicações em termos de direitos trabalhistas às trancistas? Será uma profissão que é patrimônio cultural, um patrimônio cultural que é profissão, ou uma profissão que trabalha com patrimônio cultural?

Essas e outras perguntas surgiram no decorrer das análises dos dados desta pesquisa. Contudo, afirmamos que, em suma, toda trançadeira pode se tornar uma trancista, nem toda trançadeira é uma trancista, mas toda trancista sempre será uma trançadeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construímos esta escrita buscando refletir sobre o impacto social do trabalho de mulheres negras trancistas como economia criativa e suas complexidades na atualidade. Consideramos que há muitos riscos que se apresentam quando analisamos o fazer das trancistas unilateralmente, ignorando as múltiplas formas como esse fazer pode se dar no presente. Ao reconhecer a amplitude dessa profissão, precisamos nos atentar para os perigos que emergem nos discursos, na direção de reforçar estereótipos, dificultar a busca por justiça social, o avanço da regulamentação da profissão e o seu reconhecimento no âmbito cultural.

Nesse sentido, mais que respostas rápidas e simplórias a questões densas e complexas, deixamos as seguintes indagações: manteremos o mesmo paradigma que localiza as trancistas na cultura hegemônica euro-ocidental? Pois, somente por meio de uma reformulação paradigmática poderemos reconhecer que as trancistas são intelectuais que compõem o pensamento feminista negro interseccional brasileiro.

Para que possamos enfrentar a desigualdade racial e de gênero no âmbito do trabalho, precisamos identificar as manutenções que têm sido feitas da informalidade do trabalho, o cuidado não remunerado, a precariedade e a feminização da pobreza que se impõe a mulheres negras brasileiras, assim como a romantização do empreendedorismo individual.

As questões que apresentamos neste trabalho visam refletir de forma ampliada para a formalização ocupacional das trancistas, entendendo que é necessário tal reconhecimento no mercado de trabalho para que as trancistas possam continuar desenvolvendo os seus projetos de justiça social de forma plena, ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a reparação e a proteção do Estado acerca de sua epistemologia.

## REFERÊNCIAS

- ACESSÍVEIS CAST. **SARA MARA BRISA - Acessíveis Cast #10**. Entrevistada: Sara Mara Brisa. Entrevistadoras: MariMoon e Tati Müller. 2023. 1 vídeo (60 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hrMNodrW1AQ>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- AFROLATINAS. **Trancistas: patrimônio cultural, economia criativa e trabalho**. 2024. 1 vídeo (140 min.). Publicado pelo canal @afrolatinas. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=BpQIIQTO\\_wA&t=4863s](https://www.youtube.com/watch?v=BpQIIQTO_wA&t=4863s). Acesso em: 25 jul. 2024.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDREIA MF. **Andreia mf**. 2020. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pxKoEMXLB-8>. Acesso em: 18 out. 2024.
- CARTER, Robert T. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. **The Counseling Psychologist**, v. 35, n. 1, p. 13-105, 2007. <https://doi.org/10.1177/0011000006292033>
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Boitempo: São Paulo, 2019.
- CUNHA, Aline Lemos da. **“Histórias em múltiplos fios”**: o ensino de manualidades entre mulheres negras em Rio Grande (RS-Brasil) e Capitán Bermúdez (Sta. Fe-Argentina) (re)inventando pedagogias da não-formalidade ou das tramas complexas. 2010. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 121-131.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero - indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Tabelas. 3. ed. [S. l.]: IBGE, [2024].
- MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana Simões; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle; FRANÇA, Danilo; SOTERO, Edilza Correia; RIOS, Flavia; ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira; CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de; LIMA, Márcia; SILVA, Tatiana Dias. (org). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-113.
- MINAYO, Maria Cecilia (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- OFICIAIS da FAB fazem tranças em manequim, e imagem viraliza: “podem abrir um salão”. **Extra**, 02 dez. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/blogs/radar-brasil/noticia/2023/12/oficiais-da-fab-fazem-trancas-em-manequim-e-imagem-viraliza-podem-abrir-um-salao.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver.** 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências – Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REIS, Michele. Aula de trança nagô: oficiais da FAB fazem tranças em manequins, e imagem viraliza. 2024. 1 imagem. @falatrancista. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4Ot9sqxg46/?igsh=MzVxNW04YmZkb3pv>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira dos. **Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic (Curitiba-PR).** 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SANTOS, Luane Bento dos. **Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros.** 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow (CEFET-RJ), Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Luane Bento dos. **“Trancista não é cabeleireira!”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro.** 2022. 339 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a Diáspora Atlântica. **História (São Paulo)**, v. 37, p. 1-11, 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018020>

SOUZA, Jorlania Carolina Cândido de. **Convergências entre a etnomatemática e a metodologia de reconhecimento de saberes: potencializar identidades negras. (A cultura das tranças para além da estética na educação de jovens e adultos).** 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Educação de Jovens e Adultos) – Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

WATANABE, Jefferson Yuji; BORGES, Larissa de Moraes Barbosa; GUILHERME, Luciana. Economia criativa: um olhar cronológico. **Diálogo com a economia criativa.** v. 9, n. 25, 2024. <https://doi.org/10.22398/2525-2828.92573-91>

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

## Sobre as autoras

**Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira:** Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Amana Rocha Mattos:** Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Instituto de Psicologia e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Conflito de interesses:** nada a declarar – **Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Bolsa de Doutorado; Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, Processo E-26/201.425/2022 – Bolsa; UERJ/FAPERJ Bolsa PROCIENCIA 2023.

**Contribuições dos autores:** Siqueira, A. C. A. N.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Validação, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Mattos, A. R.: Conceituação, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.

